

tir não só o normal funcionamento dos serviços mas também a rápida consolidação da estrutura agora aprovada visando a prossecução das novas atribuições cometidas ao DPP;

Considerando que o licenciado António Natalino de Jesus Alcântara Martins possui os requisitos legais exigidos, bem como capacidades adequadas e experiência profissional no exercício de funções dirigentes, correspondendo assim ao perfil pretendido para o lugar a prover, evidenciado na nota curricular em anexo ao presente despacho e do qual faz parte integrante:

Nomeio, em regime de substituição, no cargo de direcção intermédia do 2.º grau, chefe de divisão de Economia do Território e das Cidades, o licenciado António Natalino de Jesus Alcântara Martins, assessor principal do quadro de pessoal do mesmo Departamento, nos termos do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

A presente nomeação produz efeitos a partir do dia 1 de Maio de 2007.

21 de Maio de 2007. — O Director-Geral, *João Eduardo Gata*.

Nota curricular

António Natalino de Jesus Alcântara Martins licenciou-se em economia no Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) em 1981, com média de 15 valores, e trabalha no DPP desde 2002, onde tem a categoria de assessor principal, tendo exercido funções de chefe de divisão de Desenvolvimento e Organização Espacial. É também professor auxiliar convidado no ISEG, com leccionação na área da economia espacial. No contexto actual tem desenvolvido trabalhos nas áreas do desenvolvimento e organização espacial, do planeamento estratégico e da preparação e avaliação de programas de desenvolvimento, nomeadamente das políticas urbanas para a inovação e a sustentabilidade e das políticas para os espaços de baixa densidade, com participação na produção de relatórios oficiais e a elaboração de documentos de trabalho e artigos de revista publicados pelo DPP. Neste contexto procedeu também à organização e execução de acções de formação profissional dos técnicos do Departamento em áreas da sua especialidade e tem organizado e participado activamente em vários *workshops* e seminários de apresentação de trabalhos. Anteriormente colaborou com vários organismos públicos (ex-GEBEL, ex-JNICT, e DPP), onde trabalhou nos domínios da análise *input-output*, e da economia regional e urbana com o desenvolvimento de vários estudos. Desempenhou também funções de chefia e de assessoria técnica em vários gabinetes governamentais (Desenvolvimento Regional, Planeamento e Cultura) e no DPP. Foi subdirector-geral do Ensino superior. Ainda no domínio do ensino superior, colaborou também com a Universidade Técnica de Lisboa e a Universidade do Algarve na leccionação de disciplinas em mestrados de desenvolvimento e planeamento regional e urbano.

Despacho n.º 15 395/2007

Em cumprimento do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 207/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (MAOTDR), foi publicado o Decreto Regulamentar n.º 51/2007, de 27 de Abril, que opera a reestruturação do Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais (DPP), no âmbito do processo global de reforma da Administração Pública, definindo a respectiva missão, atribuições e tipo de organização interna, obedecendo ao modelo de estrutura hierarquizada.

Através da Portaria n.º 525/2007, de 30 de Abril, foi fixada a estrutura nuclear do DPP do MAOTDR e as competências das respectivas unidades orgânicas.

Assim:

Considerando que, na sequência desta reestruturação, cessam as comissões de serviço dos titulares de cargos dirigentes intermédios, sendo, portanto, necessário proceder à nomeação dos dirigentes das unidades orgânicas agora criadas ou reestruturadas, de forma a garantir não só o normal funcionamento dos serviços mas também a rápida consolidação da estrutura agora aprovada visando a prossecução das novas atribuições cometidas ao DPP;

Considerando que a mestre Conceição Maria Almeida Duarte Silva Cunha Matos possui os requisitos legais exigidos, bem como capacidades adequadas e experiência profissional no exercício de funções dirigentes, correspondendo assim ao perfil pretendido para o lugar a prover, evidenciado na nota curricular em anexo ao presente despacho e do qual faz parte integrante:

Nomeio, em regime de substituição, no cargo de direcção intermédia do 2.º grau, chefe de divisão de Informática, a mestre Conceição Maria Almeida Duarte Silva Cunha Matos, assessora principal do quadro de pessoal do mesmo departamento, nos termos do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

A presente nomeação produz efeitos a partir do dia 1 de Maio de 2007.

21 de Maio de 2007. — O Director-Geral, *João Eduardo Gata*.

Nota curricular

Conceição Maria Almeida Duarte Silva Cunha Matos licenciou-se em Finanças pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (actual ISEG) da Universidade Técnica de Lisboa, em 1972, concluiu, em 1973, uma pós-graduação em Matemática Aplicada à Investigação Operacional pela Fundação Gulbenkian, em 1977, uma pós-graduação em Microeconomia pela Fundação Gulbenkian e é mestre em Engenharia Informática pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, grau obtido em 1991. É funcionária do DPP desde 1994, onde é assessora principal, tendo exercido o cargo de directora de serviços do Núcleo de Informática. Iniciou a sua actividade profissional em 1973, inicialmente como docente de Estatística e de Complementos de Matemática no ISCEF e no ISCSP e, a partir de 1975, na Direcção-Geral do Comércio, primeiramente na área de planeamento do abastecimento e, posteriormente, no Departamento de Informática. Neste serviço exerceu funções de chefe de divisão e, a partir de 1984, as de directora de serviços. Em 1985 passou a dirigir o Serviço de Informática do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça, exercendo a coordenação das actividades a nível de organização e informática do referido Gabinete e do Registo Nacional de Pessoas Colectivas. Em 1994 passou a ocupar o lugar de directora de serviços do Núcleo de Informática do DPP até à actualidade. Tem desenvolvido trabalhos na área da criação e gestão de serviços de informática, gestão de parques informáticos, concepção e desenvolvimento de sistemas de informação especializados, definição e gestão das principais aplicações informáticas dos diferentes organismos em que trabalhou, promoção da divulgação das novas tecnologias de informação junto dos utilizadores finais, apoio aos utilizadores internos e externos na utilização de novas tecnologias. Tem participado em diversos grupos de trabalho no âmbito da Administração Pública e tem representado quer o DPP quer os outros organismos em que trabalhou, a nível informático, em reuniões nacionais e internacionais. Realizou diversos trabalhos nas áreas do planeamento, da gestão informática, do tratamento e análise de inquéritos, da técnica informática, do ensino e do voluntariado dos quais alguns foram publicados em revistas nacionais e internacionais. Na sua formação profissional mais relevante salienta-se a frequência do seminário de alta direcção do INA, outras acções de formação ministradas no INA, diversas acções de formação em Portugal e no estrangeiro e estágios em organizações congéneres, nomeadamente em França e na Alemanha.

Despacho n.º 15 396/2007

Em cumprimento do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 207/2006, de 27 de Outubro, que aprovou a Lei Orgânica do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (MAOTDR), foi publicado o Decreto Regulamentar n.º 51/2007, de 27 de Abril, que opera a reestruturação do Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais (DPP), no âmbito do processo global de reforma da Administração Pública, definindo a respectiva missão, atribuições e tipo de organização interna, obedecendo ao modelo de estrutura hierarquizada.

Através da Portaria n.º 525/2007, de 30 de Abril, foi fixada a estrutura nuclear do DPP do MAOTDR e as competências das respectivas unidades orgânicas.

Assim:

Considerando que, na sequência desta reestruturação, cessam as comissões de serviço dos titulares de cargos dirigentes intermédios, sendo, portanto, necessário proceder à nomeação dos dirigentes das unidades orgânicas agora criadas ou reestruturadas, de forma a garantir não só o normal funcionamento dos serviços mas também a rápida consolidação da estrutura agora aprovada visando a prossecução das novas atribuições cometidas ao DPP;

Considerando que a licenciada Maria Arménia Claro possui os requisitos legais exigidos, bem como capacidades adequadas e experiência profissional no exercício de funções dirigentes, correspondendo assim ao perfil pretendido para o lugar a prover, evidenciado na nota curricular em anexo ao presente despacho e do qual faz parte integrante:

Nomeio, em regime de substituição, no cargo de direcção intermédia do 2.º grau (chefe de divisão) da Divisão de Competitividade e Ambiente a licenciada Maria Arménia Claro, assessora principal do quadro de pessoal do mesmo Departamento, nos termos do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

A presente nomeação produz efeitos a partir do dia 1 de Maio de 2007.

21 de Maio de 2007. — O Director-Geral, *João Eduardo Gata*.

Nota curricular

Maria Arménia Claro licenciou-se em Finanças pelo Instituto Superior de Economia (actual ISEG), em 1976, com a classificação geral de 14 valores. De Novembro de 2000 até final de Maio de 2007 foi chefe de divisão da área de especialização, competitividade e ambiente no Departamento de Prospectiva e Planeamento (DPP), coordenando e participando em relatórios e documentos de trabalho que envolvem, nomeadamente, análises macroeconómica, da estrutura produtiva portuguesa, do comércio internacional, do sector empresarial e da articulação entre ambiente e competitividade da economia. Durante a sua carreira profissional exerceu funções de chefe de gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia, de Dezembro de 1997 a Outubro de 2000, de directora de serviços na Junta do Crédito Público, responsável pelo controlo da emissão e amortização da dívida pública interna, de Maio de 1993 a Novembro de 1997, de consultora do SPEP — Secretariado Permanente para as Empresas Públicas e do GAPEEP — Gabinete para a Análise do Financiamento do Estado e das Empresas Públicas, tendo participado na implementação e gestão de uma base de dados das empresas públicas, na elaboração de relatórios anuais sobre o financiamento do sector público e acompanhado os orçamentos anuais e investimentos das empresas públicas, de Novembro de 1986 a Dezembro de 1990. De Janeiro de 1972 a Outubro de 1986 exerceu funções no DPP, tendo participado, a nível técnico e no domínio das empresas públicas, em trabalhos de base nas negociações com o FMI, no âmbito da Secretaria de Estado do Planeamento e em diversos grupos de trabalho interdepartamentais relacionados com as relações económicas externas, no âmbito da adesão de Portugal à CEE, participou igualmente no grupo de trabalho interdepartamental para acompanhamento das negociações comerciais multilaterais do Tokyo Round. Como cursos de especialização e formação relevante, salienta-se a frequência dos seguintes cursos no INA: «Diploma de especialização em políticas de ambiente», «Seminário de alta direcção», «Formação SIADAP» "Auxílios públicos às empresas: disciplina comunitária». No estrangeiro, salienta-se o estágio em Genebra organizado pelo GATT, com duração de quatro meses e meio, sobre política comercial direccionado, nomeadamente, para «Questões monetárias internacionais», «As negociações comerciais multilaterais do Tokyo Round» e «O GATT e as suas actividades» e, em Bruxelas, durante uma semana, estágio, no âmbito da OCDE, no Banco Nacional da Bélgica, sobre questões relacionadas com a balança de pagamentos.

**MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES**Gabinete do Secretário de Estado Adjunto,
das Obras Públicas e das Comunicações**Despacho n.º 15 397/2007**

Pelo despacho n.º 5609-D/2005 (2.ª série), de 21 de Fevereiro, do Secretário de Estado Adjunto e das Obras Públicas, publicado no *Diário da República*, 2.ª série (suplemento), n.º 52, de 15 de Março de 2005, foi declarada a utilidade pública, com carácter de urgência, da expropriação dos bens imóveis e direitos a eles inerentes, necessários à execução da obra do IC 9 — Alburitel-Tomar — 2.º troço — Carregueiros-Tomar.

No entanto, verificou-se agora a necessidade de rectificar elementos identificativos de algumas parcelas de terreno, constantes da declaração de utilidade pública citada, bem como declarar a utilidade pública, com carácter de urgência, de áreas adicionais necessárias à execução desta obra.

Considerando, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 1.º e no n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 239/2004, de 21 de Dezembro, que ao Instituto das Estradas de Portugal sucedeu a EP — Estradas de Portugal, E. P. E., a qual assumiu automaticamente a universalidade dos direitos e obrigações, legais e contratuais, que integravam a esfera jurídica do antecessor, no momento da transformação, declaramo, no uso da competência que me foi delegada pelo despacho n.º 16 229/2005 (2.ª série), de 7 de Julho, do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 142, de 26 de Julho de 2005, a rectificação da declaração de utilidade pública referida e a utilidade pública das áreas adicionais necessárias à obra, de acordo com as correcções agora introduzidas, conforme mapa de expropriações e planta parcelar, cuja publicação se promove em anexo, mantendo-se em vigor todos os actos até ao momento praticados.

20 de Junho de 2007. — O Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, *Paulo Jorge Oliveira Ribeiro de Campos*.

Mapa de expropriações**IC 9 — Alburitel-Tomar — 2.º troço — Carregueiros-Tomar — 4.ª fase (adicionais e alterações)**

Número da parcela	Nomes e moradas dos proprietários	Identificação do prédio			Áreas (metros quadrados)	
		Matriz/freguesia		Descrição predial		
		Rústica	Urbana			
152.2.A	José Henriques Nogueira, Casal das Caneiras, 21, 2305 Carregueiros. Deolinda Nazaré Carolina Santos, Bairro do 1.º de Maio, 2, 2300-320 Tomar. Luís Manuel Carreira dos Santos, Casal da Estrada, 76, 2305-209 Tomar. Faustino Santos, Quinta da Gândara, 33, 2300-393 Tomar.	54, Secção G, Carregueiros	1 075	01235/ 000724	Norte: António Lopes. Sul: Ilda de Azevedo e outro. Nascente: Mário de Oliveira. Poente: José da Graça e Eurico de Sousa.	1081
212.D	José Manuel Pereira Ferreira Neto, Casal das Sortes, 60, 2305-215 Tomar. Adelino António Pereira F. Neto, Rua da Infantaria 15, 27, 2300-583 Tomar. João Nuno Mendes P. Ferreira Neto, Palhavã de Cima, 32, 2300-404 Tomar. Pedro Miguel M. P. Ferreira Neto, Palhavã de Cima, 32, 2300-404 Tomar. Célia Maria Mendes Costa F. Neto, Palhavã de Cima, 32, 2300-404 Tomar.	119, Secção B, São João Baptista		2865/ 20061128	Norte: David Serra Coelho. Sul: estrada camarária. Nascente: Carlos Alberto Simões. Poente: José Pereira Gândara.	2 824
212/1.D	David Serra Coelho, Casal Carrões, 19, 2300-353 Tomar.	146, Secção H, Carregueiros		01665/ 20061128	Norte: Jorge Oliveira Melo. Sul: herdeiros de Fernando Pereira Neto. Nascente: Alda da Silva Teixeira. Poente: Manuel Maria Ferreira Carvalho.	118